ÍNDICE

PARTE 1
O ADVOGADO DO AUTOR
Providências para o ajuizamento de uma ação 19
Providências em relação ao cliente 19
Aceitação da causa 19
Contratação de honorários 20
Ação para cobrança de honorários 24
Cobrança de consultas 27
Instrumento de procuração 27
Quem pode passar procuração? 28
Procuração "ad judicia" 29
Procuração "ad judicia et extra" 30
Poderes extrajudiciais 32
Procuração de pessoa casada 33
Substabelecimento de procuração 34
Revogação da procuração 35
Renúncia da procuração 36
Providências em relação às provas 37
Depoimento pessoal das partes 37
Confissão 38
Prova documental 38
Prova testemunhal 40
Comparecimento de testemunhas independentemente de intimação 40
Pessoas impedidas de figurar como testemunha 42
Substituição de testemunhas 42
Prova pericial 43
Apresentação de quesitos 45
Quesitos para determinar a autenticidade de assinatura 45
Quesitos para comprovar a existência de moléstia grave e transmissível (ação de anulação de casamento) 45

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Quesitos para questionar autenticidade de documento 45
Quesitos para exame do DNA em investigação de paternidade 46
Pagamento do perito e do assistente técnico 47
Inspeção judicial 48
Prova antecipada 51
Exibição de documento ou coisa 53
Providências em relação à ação a ser proposta 54
Condições da ação 54
Possibilidade jurídica (ou viabilidade processual) 54
Legitimidade das partes (ou qualidade para agir) 55
Interesse de agir 56
Escolha do procedimento adequado 57
Procedimento comum sumário 57
Ações submetidas ao procedimento sumário 58
Roteiro de uma ação pelo procedimento sumário 59
Procedimento comum ordinário 59
Roteiro de uma ação pelo procedimento ordinário (art. 282/475) 61
Procedimento sumaríssimo 62
Ações submetidas ao procedimento sumaríssimo 62
Roteiro de uma ação pelo procedimento sumaríssimo 63
Procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho 64
Procedimento sumaríssimo na Justiça Federal 65
Capacidade para ingressar em juízo 66
Cumulação de ações 66
Decadência e prescrição da ação 68
Prazos de prescrição (pelo Código Civil de 2002 e leis extravagantes) 69
Prazos de decadência 73
Escolha do Tribunal ou Justiça competente 75
Escolha do foro competente (competência territorial) 77
Momento da determinação da competência ou do foro 80
Foro de eleição 80
Escolha do juízo competente 81
Petição inicial 83
Requisitos da petição inicial 83

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Requisitos especiais da petição inicial 95
Quadro demonstrativo de algumas ações com seus respectivos valores 103
Alteração/emenda da petição 104
Modelos de petições pelos diversos procedimentos 105
Distribuição da ação 110
Protocolo integrado 112
Custas devidas à União – Lei n. 9.289, de 4 de julho de 1996 115
Tramitação de uma ação ordinária 118
A réplica do autor 120

PARTE 2

O ADVOGADO DO RÉU

Contestação 123
Requisitos da contestação 124
Alegações de defesa 126
Defesa processual (preliminares processuais) 128
Inexistência ou nulidade da citação 129
Incompetência absoluta 131
Inépcia da petição inicial 134
Perempção 136
Litispendência 138
Coisa julgada 139
Conexão 140
Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização 142
Convenção de arbitragem 146
Carência de ação 147
Falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar 149
Defesa do mérito (de meritis) 150
Prazo para contestar 154
Exceções ao prazo de 15 dias 155
Exceções 157
A exceção de competência (relativa) 158
Processamento da exceção de incompetência 159
Exceção de impedimento 161

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Exceção de suspeição 162
Processamento da exceção de impedimento e da exceção de suspeição 164
Reconvenção 164
Hipóteses que admitem reconvenção 165
Procedimento da reconvenção 166
Impugnação ao valor da causa 168
Impugnação ao pedido de assistência judiciária gratuita 169
Nomeação à autoria 170
Processamento da nomeação à autoria 170
Denunciação da lide 172
Processamento da denunciação da lide 174
Chamamento ao processo 176
Processamento do chamamento ao processo 176
Revelia 178

PARTE 3

FORMAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL CÍVEL

Generalidades 181
Cartório judicial 181
Funcionamento do cartório judicial 182
Outros atos de competência do cartório 184
Tramitação e acompanhamento do processo 189
Carga de processos 192

PARTE 4

AUDIÊNCIA NA JUSTIÇA COMUM

Generalidades 197
Audiência preliminar (de conciliação) 197
Disposição das partes que integram a audiência 198
Ordem dos trabalhos na audiência 199
Transferência da audiência 199
Audiência no procedimento ordinário 200
Audiência no procedimento sumário 201
Audiência no procedimento sumaríssimo 202
Incidentes mais comuns nas audiências 202
Ausência de testemunhas 202

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Ausência do advogado 203
Ausência das partes 203
O agravo das decisões em audiência 204

PARTE 5

SENTENÇA E COISA JULGADA

Sentença 205
Generalidades 205
Requisitos da sentença 205
Limites da sentença 209
Sentença certa 211
Alteração da sentença 212
Efeitos da sentença 212
Cumprimento de sentença 213
Modelos de sentenças cíveis 214
Coisa julgada (*res iudicata*) 248
Generalidades 248
Limites da coisa julgada 250
Não-incidência da coisa julgada 251

PARTE 6

RECURSOS CÍVEIS

Conceito 253
Tribunal ao qual deve ser dirigido o recurso 254
Efeitos do recurso 255
Escolha do recurso 256
Preparo e deserção 257
Recursos contemplados pelo CPC 258
Prazos para recorrer 259
Contagem do prazo 259
Recursos em espécie 261
Recurso de apelação 261
Efeitos da apelação 263
Processamento da apelação 264
Recurso de agravo 265
Modalidades de agravo 266
Agravo retido nos autos 266

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Agravo de instrumento no 1º grau 267
Processamento do agravo de instrumento no 1º grau 269
Efeitos do agravo de instrumento 271
Agravo de instrumento no STJ: inadmissibilidade do recurso especial 274
Procedimento do agravo para o STJ 275
Agravo regimental 276
Recurso de embargos infringentes 277
Processamento dos embargos infringentes 278
Recurso de embargos de declaração 280
Processamento dos embargos de declaração 280
Recurso extraordinário (art. 541) 281
Processamento do recurso extraordinário (art. 541) 283
Recurso especial (art. 541) 284
Julgamento de recursos repetitivos no STJ 285
Processamento do recurso especial 286

PARTE 7

TEORIA E PRÁTICA DAS AÇÕES CÍVEIS

Ações na vara de família 289
Ação de divórcio 289
Divórcio consensual 289
Divórcio litigioso 291
Partilha de bens 291
Guarda dos filhos menores 292
Concessão de alimentos aos filhos 294
Alimentos para o ex-cônjuge 295
Nome da mulher após o divórcio 295
Restabelecimento da sociedade conjugal 295
Divórcio extrajudicial 298
Facultatividade do uso do procedimento 301
Inexistência de filhos menores e/ou incapazes 301
Consenso das partes 302
Assistência por advogado 303
Valor da escritura 304
Responsabilidade do tabelião (notário) 304
Validade da escritura 305

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Considerações conclusivas 305
Ações de alimentos 306
Conceito de alimentos 306
Natureza obrigacional 306
Dever alimentar entre parentes 307
Dever alimentar entre cônjuges 309
Dever alimentar entre companheiros 311
Alimentos gravídicos 312
Fixação do valor dos alimentos 312
Alimentos de natureza indenizatória 314
Ação de pedido de alimentos 316
Processamento da ação 317
Natureza da sentença de alimentos 317
Meios para assegurar o pagamento das prestações 318
Execução de alimentos 318
Ações revisionais de alimentos 321
Ação de exoneração de alimentos 323
Reajustamento das prestações 325
Ação de investigação de paternidade 327
Fundamentação para o pedido 327
Legitimidade para a ação 328
Investigação com objetivo de desconstituição da paternidade 329
Meios de prova da filiação/paternidade 330
Relativização da coisa julgada nas ações investigatórias ... 331
Recusa em submeter-se ao exame de DNA 333
Medidas cautelares no âmbito do Direito de Família 336
Alimentos provisórios e provisionais 336
Alimentos provisionais nas ações de divórcio e de anulação de casamento 338
Alimentos provisionais nas ações de investigação de paternidade 338
Separação de corpos 340
Afastamento temporário do lar (art. 888, VI, CPC) 344
Arrolamento de bens (art. 855, CPC) 345
Entrega de bens de uso pessoal (art. 888, II, CPC) 347
Posse provisória dos filhos (art. 888, III, CPC) 348

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Afastamento do menor autorizado a contrair casamento (art. 888, IV, CPC) 349
Depósito de menores ou incapazes (art. 888, V, CPC) 351
Guarda e educação dos filhos (art. 888, VII, CPC) 352
Busca e apreensão de menor (art. 839, CPC) 354
Competência da Vara da Infância e da Juventude 354
Ações no âmbito das uniões de fato 356
Modalidades de uniões de fato 356
União estável 356
Concubinato 359
União homoafetiva 361
Direitos na união homoafetiva 363
Indenização por serviços prestados 363
Pensão previdenciária 363
Previdência privada complementar 364
Guarda de filho do companheiro(a) 365
Direito de sucessão 365
Direito de adotar 365
Inclusão em plano de saúde 366
Reconhecimento da união estável 367
Dissolução da união estável 369
Formas de dissolução 369
Dissolução por ato de vontade 369
Direitos dos conviventes na dissolução por ato de vontade ... 370
Direito à partilha dos bens comuns 370
Direito a alimentos 371
Dissolução pela morte 372
Direitos dos companheiros na dissolução por morte 372
Direito à partilha do patrimônio comum 372
Direitos sucessórios 373
Outros direitos dos companheiros 374
Ações decorrentes das uniões estáveis 375
Ação declaratória de reconhecimento 375
Ação de alimentos 377
Ação de habilitação em inventário e ação de inventário 380
Medida cautelar de separação de corpos 384
Ações possessórias 386

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Posse e exceção de domínio 387
Ação de manutenção de posse 389
Requisitos da ação de manutenção de posse 389
Ação de reintegração de posse 390
Requisitos da ação de reintegração de posse 391
Ação de interdito probitório 393
Requisitos do interdito proibitório 393
Ação de inventário e partilha 394
Foro competente 395
Quem pode requerer o inventário 395
Nomeação do inventariante 397
Informações a serem obtidas do cliente 398
Documentos que devem ser solicitados 399
Instrumento de procuração 399
Petição inicial 400
Termo de compromisso de inventariante (art. 990, CPC) 404
Primeiras declarações (art. 993, CPC) 404
Colação 404
Avaliação dos bens 406
Partilha dos bens 408
Renúncia à herança e imposto de transmissão 411
Pagamento das despesas e certidões negativas 412
Formais de partilha 413
Sobrepartilha 413
Cumulação de inventários 414
Inventário negativo 414
Bens e direitos que dispensam inventário e partilha 414
Inventários e partilhas extrajudiciais 418
Escritura Pública de Inventário 418
Facultatividade do uso do procedimento 419
Inexistência de filhos menores e/ou incapazes 420
Consenso das partes 420
Partes no ato jurídico 420
Representação do espólio 421
Objeto do inventário/partilha 421
Conteúdo da escritura 422
Documentos necessários 422

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Comprovação da titularidade dos bens 422
Valor da escritura 423
Sobrepartilha 424
Escritura de retificação da partilha 424
Inventário negativo 424
Assistência por advogado 425
Responsabilidade do tabelião 425
Validade da escritura 425
Ação de execução 428
Cumprimento de sentença (título executivo judicial) 430
Desnecessidade da intimação do devedor: posição do STJ 431
Descabimento de honorários na fase de execução 432
Legitimidade ativa para a execução 433
Legitimidade passiva na execução 433
Foro competente para a ação 433
Processamento da ação 434
Petição inicial 434
Citação do devedor 434
Penhora on-line 435
Embargos à execução 437
Exceção de pré-executividade 439
Avaliação dos bens 444
Publicação do edital de hasta pública 444
Leilão ou praça 444
Pagamento pelo devedor 446
Ações decorrentes da locação de imóveis 448
Ações de despejo 448
Generalidades 448
Aspectos processuais da ação de despejo 449
Modelos de petições de despejo 452
Outras ações no âmbito das locações 457
    Ação revisional de aluguéis 457
    Ação de consignação de aluguel 459
    Ação de exoneração de fiança 461
    Ação renovatória de locação 464
Enunciados sobre matérias de locação 467
Enunciados do Centro de Estudos e Debates do 2º Tribunal de

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Alçada Civil de São Paulo 467
Ações de acidentes de trânsito 469
Generalidades 469
Indenização por danos materiais 470
Legitimidade para a ação 470
Legitimidade ativa 471
Legitimidade passiva 471
Legitimidade (responsabilidade) dos pais ou responsáveis ... 472
Legitimidade (responsabilidade) do proponente (patrão) 473
Legitimidade (responsabilidade) do dono do animal 473
Legitimidade (responsabilidade) por furto em estacionamento 474
Legitimidade (responsabilidade) na múltipla colisão 474
Responsabilidade civil da administração pública 476
Denunciação da lide e ação regressiva 476
Chamamento ao processo da locadora do veículo 477
Foro competente para a ação 477
Processamento das ações 478
Documentos que devem acompanhar a petição inicial 478
Indenização por danos pessoais 478
Momento da propositura da ação de indenização por danos pessoais 480
Efeitos da sentença criminal no juízo cível 480
Modelos de petições 481
Medidas cautelares 489
Generalidades 489
Cautelares nominadas 490
Medida cautelar de arresto (art. 813, CPC) 490
Medida cautelar de seqüestro (art. 822, CPC) 491
Medida cautelar de caução (art. 826, CPC) 492
Medida cautelar de busca e apreensão (art. 839, CPC) 493
Medida cautelar de exibição (art. 844, CPC) 494
Medida cautelar de produção antecipada de provas (art. 846, CPC) 495
Medida cautelar de alimentos provisionais (art. 852, CPC) 495
Medida cautelar de arrolamento de bens (art. 855, CPC) 496
Medida cautelar de justificação (art. 861, CPC) 497

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Medida cautelar de protesto, notificação e interpelação (art. 867, CPC) ... 497
Medida cautelar de homologação de penhor legal (art. 874, CPC) ... 498
Medida cautelar de posse em nome de nascituro (art. 877) ... 499
Medida cautelar de atentado (art. 879, CPC) ... 499
Medida cautelar de protesto e apreensão de título (art. 882, CPC) ... 500
Medida cautelar de obras de conservação em coisa litigiosa (art. 888, I, CPC) ... 501
Medida cautelar de entrega de bens de uso pessoal do cônjuge e dos filhos (art. 888, II, CPC) ... 501
Medida cautelar de posse provisória dos filhos (art. 888, III, CPC) ... 501
Medida cautelar de afastamento de menor autorizado a contrair casamento (art. 888, IV, CPC) ... 501
Medida cautelar de depósito de menores ou incapazes (art. 888, V, CPC) ... 501
Medida cautelar de afastamento temporário da morada do casal (art. 888, VI, CPC) ... 502
Medida cautelar de guarda e educação dos filhos (art. 888, VII, CPC) ... 502
Medida cautelar de interdição ou demolição de prédio (art. 888, VIII, CPC) ... 502
Medida cautelar de separação de corpos (§ 1º, art. 7º, Lei nº 6.515/77) ... 502
Cautelares inominadas ... 502
Medida cautelar de sustação de protesto ... 503
Situações em que cabe a sustação ... 503
A sustação como medida cautelar preparatória ... 504
Conteúdo da petição inicial (art. 801, CPC) ... 504
A sustação como medida preventiva ... 505
Pedido de afastamento do lar nas uniões estáveis ... 507
Nas questões decorrentes das relações de consumo ... 507
Modelos de petições ... 508
Ação monitória ... 515
Generalidades ... 515

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Procedimento monitório 516
Modelos de petições 517
Ações nos juizados especiais 519
Juizados Especiais da Justiça Comum 520
Juizados Especiais da Justiça Federal 521
Modelos de petições iniciais 524

Referências Bibliográficas 531

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br